

O Ministério Público no Dia Internacional da Mulher Negra LatinoAmericana e Caribenha e de Tereza de Benguela

Segundo Ana Fontes, da Rede Mulher Empreendedora, menor acesso ao crédito e à tecnologia dificulta sobrevivência de negócios femininos; pesquisa aponta que 39% encerraram atividades na pandemia

[\(Estadão | 25/07/2020 | Por Roberta Rosa Ribeiro, Márcia Nogueira Juliana Costa Vargas\)](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é composto majoritariamente por mulheres, de acordo com o último levantamento apresentado no ano de 2017 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A instituição possui atualmente 57% de promotoras e procuradoras de justiça em um universo de 911 membros, realidade muito diferente da composição de outros ramos do Ministério Público, composta em sua maioria por homens. Contudo, apesar de ser uma instituição eminentemente feminina, inclusive em funções de liderança, ainda se verifica que a maioria é branca, bem como se constata também em outras instituições públicas e privadas de nosso país. Esses fatos nos remetem à data de 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, que surgiu a partir de um encontro de mulheres negras ocorrido em 1992 em Santo Domingo, na República Dominicana, e nos convida à reflexão a partir de uma perspectiva de interseccionalidade, considerando simultaneamente as opressões de raça, gênero e classe, neste momento em que o combate ao racismo tem se evidenciado no contexto nacional e internacional.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Caso Marielle fica no Rio, e não com a Polícia Federal, decide o STJ de forma unânime

Por oito votos a zero, ministros rejeitam federalização e decidem que apuração continua no Ministério Público e a Polícia Civil do Rio, como queriam os familiares da vereadora, assassinada em março de 2018

[\(El País, 27/05/2020 | Felipe Betim\)](#)

Alívio para familiares e amigos da vereadora [Marielle Franco](#). O [Supremo Tribunal de Justiça \(STJ\)](#) rejeitou nesta quarta-feira de forma unânime a federalização das investigações do assassinato político da vereadora do PSOL e do motorista Anderson Gomes. O julgamento ocorreu em meio à crescente tensão política no país, com as suspeitas de que o presidente [Jair Bolsonaro](#) está interferindo politicamente na Polícia Federal —a acusação, feita pelo ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro, gerou a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal. Caso acatado, as investigações sairiam das mãos do Ministério Público e da Polícia Civil do Rio e passariam para a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Deborah Duprat, um pilar na defesa dos direitos humanos no

Brasil

Em carta aberta, três ex-procuradores-gerais e mais de três centenas de procuradores homenageiam Duprat, que deixa a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

[\(El País | 24/05/2020 | Por Cláudio Fonteles, Rodrigo Janot, Raquel Dodge e outros\)](#)

Deborah Duprat encerrou em 22 de maio o mandato como procuradora federal dos Direitos do Cidadão, um cargo-chave na estrutura do Ministério Público para monitorar o respeito aos direitos humanos pelo próprio Estado. Duprat será substituída por Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, subprocurador-geral da República, escolhido pelo [procurador-geral, Augusto Aras](#), e referendado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal. Na carta abaixo, assinada por três ex-procuradores-gerais e mais de três centenas de procuradores, a categoria fala do posto e quem o ocupa, que “somente pode desempenhar adequadamente suas funções se estiver ao lado das vítimas das constantes violações aos direitos humanos em nosso país”, “ainda que isso desagrade aos governantes de plantão”.

[Leia o texto completo no site de origem.](#)

Lançamento da campanha #a_gente do MPSP e Free Free - São Paulo/SP, 09/12/2019

No dia 9 de dezembro, durante os *21 Dias de Ativismos pelo Fim da Violência Contra a Mulher*, acontece o evento de lançamento da campanha que reunirá homens e mulheres na busca por um mundo mais livre e menos desigual.

Para ser efetiva, a mudança precisa ser coletiva: juntos, a gente transforma o mundo.

É sobre essa união de esforços que trata a campanha **#a_gente**, iniciativa do FREE FREE, plataforma que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade social e resgata a autoestima através da moda, e do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). O lançamento oficial será celebrado nesta segunda-feira, 9 de dezembro, às 10h, na sede do MPSP.

A campanha **#a_gente** fala de todas e todos nós. É da união de nossas potências que podemos provocar a mudança que **#a_gente** quer ver no mundo. Cada pessoa com suas vivências e experiências, agregando expertises diversos e complementares ao coletivo. No fim das contas, somos seres humanos, mulheres e homens, reunindo esforços para construir um mundo com menos desigualdade e violência de gênero.

#a_gente fala sobre nós, numa jornada coletiva por um mundo livre, sem a dor da violência e da desigualdade. **#a_gente** é quem atua pela mudança, e gente representa todos e todas nós. Vem com **#a_gente**?

#a_gente vence

#a_gente transforma

#a_gente muda

#a_gente ama

#a_gente liberta

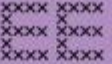
Sobre o Free Free:

O Free Free é uma plataforma multidisciplinar criada pela diretora criativa Yasmine Sterea, que atua por um mundo onde meninas e mulheres possam alcançar sua liberdade física, saúde emocional e independência financeira, através da moda

Sobre o evento:

Data: 09 de dezembro de 2019, às 10h

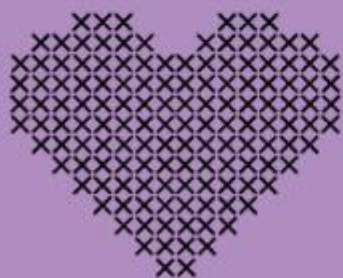
Local: Ministério Público de São Paulo | Auditório "Luís Felipe França Ramos" | Edifício Campos Salles - Rua Riachuelo, nº 115, 9º andar, Centro, São Paulo/SP.

FR  FR 

X

MPSP | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

O FREE FREE e o Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo convidam para o lançamento da campanha **#a-gente**. A gente muda o mundo juntos.



9 de Dezembro de 2019, Segunda - Feira
10hrs.

Auditório "Luís Felipe França Ramos"
Localização: Ministério Público do Estado
de São Paulo.
Rua Riachuelo, nº 115, 9º andar, Centro – SP

MP cria formulário para avaliar risco de mulheres que denunciam violência

Formulário chamado de Frida tem 19 perguntas objetivas para avaliar o grau imediato de risco e ajudar autoridades que precisam pedir medida protetiva

ou julgar o pedido.

[\(Jornal Nacional, 22/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público criou uma ferramenta nova para medir o risco imediato de violência doméstica.

Na primeira agressão, ela não achou que era caso de pedir ajuda. Até continuou o namoro, na esperança de terminar numa boa, na hora certa. Mas ele nunca aceitou. Foi mais um ano e meio de brigas, ataques de ciúmes. Até que, um dia, ele apareceu na casa dela às 6h30 e a agrediu. Só saiu depois que ela pegou uma faca na cozinha para se defender.

“Eu falei para ele: ‘Ou você vai embora ou a gente vai acabar se matando, porque não tem mais o que fazer. Você já me agrediu. Hoje já é a segunda vez. Na terceira vez, você vai fazer o quê?’”, questiona a vítima, que não quis se identificar.

Mesmo assim, ela ainda não conseguiu uma ordem judicial para ele ficar longe. “Existem certas barreiras, dificuldades para você conseguir uma medida protetiva. Me pediram duas testemunhas, um exemplo”, explica.

Um pedido de medida protetiva não é negado por má vontade. “Muitas vezes deixa de ser pedida a medida ou deixa de ser concedida a medida, justamente porque não se entende o risco que a mulher se encontra”, disse Teresa Cristina Santana, juíza da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Tem um jeito de mudar isso. “Ouvir a mulher, atentamente, cuidadosamente. Sente com ela e traga toda a história dela. E aí ele vai perceber se está realmente precisando ou não. Então, precisa ter uma escuta qualificada e diferenciada para a mulher vítima da violência”, avaliou Sueli Amoedo, coordenadora dos Direitos da Mulher de Taboão da Serra.

Mas qual é o jeito certo de ouvir? Que perguntas não podem deixar de ser feitas a uma mulher em situação de risco? Para ajudar o trabalho das autoridades que precisam pedir ou julgar um pedido de medida protetiva, foi criado um formulário de avaliação de risco. E ele foi batizado com um nome

de mulher: Frida.

Frida tem 19 perguntas objetivas para avaliar o grau imediato de risco. Se o agressor demonstra ciúmes excessivos ou se tenta controlar a vida da mulher, se ele usa drogas ou bebe, se é violento com outras pessoas. Outras dez questões ajudam a definir que medidas devem ser tomadas. [Clique aqui](#) para conhecer o formulário.

“Esse formulário foi feito por cientistas, pesquisadores, sociólogos, com esse objetivo de criar uma ferramenta de uso nacional que possa ser utilizada pelas vítimas, mulheres vítimas de violência doméstica, quando se dirigirem às delegacias de polícia, às promotorias de Justiça e mesmo ao judiciário”, explicou Valter de Araújo, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Equipes das delegacias especializadas no atendimento a mulheres já estão sendo treinadas para aplicar o formulário, como um grupo em Fortaleza. Mas Frida nasceu para ajudar, para ser um instrumento da lei Maria da Penha onde houver necessidade.

“A violência contra a mulher é uma violação de direitos humanos. A gente consegue romper com essa ideia de que, por um lado, essa violência é algo natural, que sempre aconteceu na sociedade e vai continuar acontecendo. Nós podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, que a violência contra a mulher é um problema social”, afirmou Wania Pasinat, consultora do Conselho Nacional do Ministério Público.

Direitos Humanos no Trabalho pela Perspectiva da Mulher: obra

reúne artigos de 27 procuradoras do trabalho

Adriane Reis de Araujo, Andrea Lino Lopes, Maria Aparecida Gugel e Renata Coelho são as organizadoras do livro *Direitos Humanos no Trabalho pela Perspectiva da Mulher*, editado com o objetivo de dar visibilidade e voz às mulheres brasileiras frente aos desafios de traçar seus projetos de vida por meio do trabalho no Brasil.



(Agência Patrícia Galvão)

O livro aborda o conceito de trabalho exercido pelas mulheres de forma ampla e inclusiva: o trabalho remunerado, destinado a produzir bens e serviços, e o trabalho não-remunerado, de cuidado. Os artigos focalizam as barreiras sociais e jurídicas enfrentadas pelas trabalhadoras brasileiras nos seus percursos emancipatórios, dedicando especial atenção à “persistente divisão sexual do trabalho e das tarefas familiares, às violências de gênero e doméstica, preconceitos e estereótipos”.

A obra conta com o conhecimento e o compromisso das 27 autoras membras do Ministério Público brasileiro, que atuam na temática em diversas unidades da federação.

Teses com perspectiva de gênero são premiadas no 8º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público

Os desafios do Ministério Público no combate ao crime de feminicídio e na promoção da igualdade de gênero institucional estão entre os temas que mais interessaram aos participantes do 8º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público. A diretoria do Congresso divulgou, na última semana, as teses mais votadas no evento de discussões online, que aconteceu entre 15 de outubro e 15 de dezembro de 2018. No total, seis teses concorreram aos prêmios.

[\(Portal Compromisso e Atitude, 18/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Mortes violentas de mulheres requer investigação com perspectiva de gênero

De autoria das promotoras Mariana Dias Mariano, Roberta Franco Massa, Mariana Seifert Bazzo, Susana Broglia Feitosa de Lacerda e Ticiane Louise Santana Pereira, todas do estado do Paraná, a tese “Mortes violentas de mulheres: desafios do Ministério Público no combate ao crime de feminicídio” ficou com a segunda colocação no Congresso. O documento aponta que, apesar das importantes modificações trazidas pela Lei 13.104/2015, “muitos assassinatos de mulheres por motivação de gênero ainda não são enquadrados como feminicídios ou têm sua investigação iniciada a partir de tal perspectiva”.

Segundo dados do [12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), dos 4.539 homicídios de mulheres ocorridos em 2017, apenas 1.133 foram tipificados como feminicídios. Por outro lado, aponta a tese, o mesmo estudo afirma que foram registrados 221.238 casos de lesão corporal dolosa cometidos em situação de violência doméstica, o que pode “significar um alerta de grave subnotificação nos registros e precariedade de investigações dos crimes de

feminicídio no Brasil”.

As promotoras propõem, assim, que todas as mortes violentas de mulheres, inclusive suicídios e mortes aparentemente acidentais, sejam, a priori, investigadas como feminicídios e a partir de uma perspectiva de gênero. Além de favorecer a descoberta da verdade sobre cada morte violenta de mulher, aponta a tese, “estabelecer a perspectiva de gênero nas investigações deverá facilitar a identificação do feminicídio como crime de ódio, o qual possui suas origens na própria estrutura cultural e prática de uma sociedade ainda patriarcal”.

Para as autoras, o não se pode desperdiçar “é a possibilidade de identificar uma situação de feminicídio e, a partir daí, promover a responsabilização dos envolvidos e reparação ou ressarcimento da vítima ou familiares de forma adequada e eficaz”.

Acesse a tese [Mortes violentas de mulheres desafios do Ministério Público no combate ao crime de feminicídio](#).

“Teto de vidro” no Ministério Público

Em terceiro lugar no 8º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público, a tese “Desafios do Ministério Público na promoção da igualdade de gênero institucional” foi apresentada por Mariana Seifert Bazzo (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná), Caroline Maciel (procuradora-chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte) e Maria Gabriela Prado Manssur Trabulsi (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo).

A tese destaca o fenômeno do “teto de vidro”, que se caracteriza pela “menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações”. Desde a Constituição de 1988, 52 mulheres e 240 homens ocuparam cargos de procurador-geral, o que representa cerca de 18% de lideranças femininas versus 82% de lideranças masculinas no MP.

O “teto de vidro” também se apresenta no [Conselho Nacional do Ministério](#)

[Público](#) que, em 13 anos de existência, teve 11 mandatos de mulheres, enquanto que o número de mandatos de homens chega a 86. Além disso, nesse período, apenas uma mulher chefiou a Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Avanços e iniciativas que visam o enfrentamento da desigualdade de gênero institucional também foram apontados na tese, como a criação do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, em abril de 2018, reunindo aproximadamente 500 promotoras e procuradoras de Justiça.

Acesse a tese [Desafios do Ministério Público na promoção da igualdade de gênero institucional](#).

Sobre o 8º Congresso Virtual do MP

O 8º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público teve como tema central “Os desafios do Ministério Público no século XXI”, abrangendo as áreas criminal, cível, trabalhista e institucional. O evento ocorreu por meio de fórum virtual, que possibilitou a interação entre os membros do Ministério Público Brasileiro.

Todas as teses e a moção aprovadas no 8º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público podem ser acessadas na íntegra em www.congressovirtualnacionalmp.org.br.

MP planeja força-tarefa para investigar médium João de Deus por abuso sexual

Após divulgação dos primeiros relatos, outras 25 mulheres procuraram o Fantástico e também relataram abusos; advogado diz que médium nega

acusações e vai colaborar com as investigações.

[\(G1/GO, 09/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

O Ministério Público informou que deve fazer uma força-tarefa para ouvir todas as [mulheres que denunciam terem sido vítimas de abuso sexual pelo médium João de Deus](#), em [Abadiânia](#). Segundo o órgão, já existiam denúncias contra ele desde 2010. Após os relatos exibidos pelo programa [Conversa com Bial](#) e pelo jornal [O Globo](#), 25 outras mulheres relataram nas últimas 48h terem sofrido o mesmo tipo de crime. A defesa dele nega as acusações. As informações são do [Fantástico](#).

Os abusos teriam ocorrido desde a década de 80 até outubro do ano passado. Uma das mulheres conta a violência que sofreu. “Ele pegava nos meus seios. Sempre de costas pra ele. Beijava no meu pescoço e encostava o pênis dele no meu bumbum”, contou. Ela disse ainda que o médium se aproveitava das pessoas que estavam fragilizadas e doentes.

O Ministério Público de Goiás informou que já existiam denúncias contra [João de Deus](#) desde 2010. Em 2012, ele chegou a ser julgado por abuso sexual, mas foi inocentado por falta de provas. A promotora Gabriela Manssur, de São Paulo, conta que, depois que as denúncias foram exibidas no [Conversa com Bial](#), já foi procurada por mais de 200 mulheres que também fazem relatos semelhantes.

“Vai ser feita uma força tarefa para ouvir todas as mulheres e encaminhar para o Ministério Público de Goiás”, disse.

O promotor de Justiça de Goiás Luciano Miranda Meireles diz que é importante que cada mulher que se sentiu abusada procure a instituição. “Embora os relatos sejam parecidos, não são o mesmo crime, nós temos o crime de estupro, crimes de abuso sexual mediante fraude, e crime de estupro de vulnerável, cada uma com a sua particularidade. Então a gente tem que analisar, a pessoa tem que dar o seu depoimento”, explicou.

A Polícia Civil de Goiás também investiga o médium por violência sexual. “O que é preciso é que, além das denúncias que foram feitas, dos boletins de ocorrências, que a vítima também colabore durante os depoimentos, seja em

outro estado, seja vindo a Goiás”, disse a delegada e assessora de imprensa da corporação, Marcela Orçai.

Relatos

Algumas das vítimas dizem que sofreram os abusos quando eram crianças ou adolescentes. Uma mulher conta que foi estuprada pelo menos dez vezes. Na época, ela tinha apenas 11 anos de idade.

“Ele pediu para eu colocar a mão pra trás e eu senti uma coisa estranha. Aí eu comecei a chorar. E falei assim: “o que que é isso?”. Ele falou assim: “é o que vai te curar”. Aí ele veio para minha frente e fez o que fez comigo. Tudo o que você imaginar”, relatou.

Outra diz que sofreu o abuso com 15 anos. Na época, os pais dela saíram de São Paulo e foram pedir ajuda para João de Deus porque a menina sofria com depressão. “Ele mesmo pegava a mão dele e fazia eu manipular o pênis dele e eu tentando tirar e ele puxava. Aí ele falava assim: “se entrega. Se entrega”. De repente, ele pegou a minha cabeça e abaixou para eu fazer sexo oral nele”, contou.

Uma [ex-funcionária da Casa Dom Inácio de Loyola, onde ele atende, também relata abusos](#). Ela tem 35 anos, frequentou o local várias vezes e conta que os abusos ocorreram quando ela estava sozinha.

“Na primeira ocasião, ele pegou um colchão que tinha no corredorzinho e colocou no chão. Ele mandou eu tirar a roupa, eu tirei. Não entendi muito bem. Da outra vez que eu fui, ele sentou na poltrona dele, tirou as calças e mandou eu mexer no órgão dele”, relatou.

De acordo com a ex-funcionária, ela teve medo de denunciar o médium à Polícia Civil. “Era medo, medo de me expor, ele tem costas quentes né, poderoso em Abadiânia e em Goiás”, afirmou.

Ao Fantástico, outra contou que procurou o médium em 1992, após perder o pai. “Ele pegava minha mão e apertava no pênis dele. Ele desabotoou meus botões da blusa, três botões. Colocou a mão e segurou no bico do meio seio”,

relatou.

Ela disse que os abusos aconteceram durante cinco dias seguidos e que ainda se sentiu ameaçada. “Ele falou: ‘eu sei onde seus avós moram, eu sei onde a sua família mora, eu mato cada um deles’. Foi esse medo que me fez voltar”, completou.

João de Deus Nega acusações

O advogado Alberto Toron, que defende o médium, [afirmou que o cliente nega as acusações](#) e que ele está à disposição da Justiça para esclarecimentos.

“Muito enfaticamente ele nega. Ele recebe com indignação a existência dessas declarações, mas o que eu quero esclarecer, que me parece importante, é que ele tem um trabalho de mais de 40 anos naquela comunidade, atendendo a todos os brasileiros, gente de fora do país, sem nunca receber esse tipo de acusação”, disse.

Além disso, o advogado esclareceu que o padrão de João de Deus era atender a todos em grupo. “Eventualmente atendeu alguma pessoa, alguma autoridade sozinho, isso é um episódio localizado. Mas pessoas, mulheres, crianças em geral, eram atendidas coletivamente diante de um grande número de pessoas”, continuou.

Por fim, disse que o cliente vai colaborar com as investigações. “Amanhã mesmo [segunda-feira, 10] nós vamos nos dirigir às autoridades judiciárias da cidade de Abadiânia para dizer que ele está à disposição da polícia, do juiz, do Ministério Público para ser ouvido em qualquer momento”, disse.

“Achamos que tudo isso deve ser objeto de uma investigação marcada pela seriedade e nós esperamos que isso aconteça para que a verdade venha à tona”, concluiu Toron.

No sábado (8), a assessoria de João de Deus [já havia dito, em nota](#), que “há 44 anos, João de Deus atende milhares de pessoas em Abadiânia, praticando o bem por meio de tratamentos espirituais. Apesar de não ter sido informado dos detalhes da reportagem, ele rechaça veementemente qualquer prática

imprópria em seus atendimentos”.

Trajetória do médium

João Teixeira tem seguidores famosos e já recebeu visita de personalidades como a apresentadora americana Oprah Winfrey. Ele foi apadrinhado por Chico Xavier e, antes de fundar a Casa Dom Inácio, em 1976, peregrinava pelo país fazendo cirurgias espirituais, segundo reportagem do jornal O Globo.

No início do seu trabalho, João de Deus foi alvo de denúncias de exercício ilegal da medicina. Depois, também foi acusado de sedução de uma menina menor de idade. Foi absolvido por falta de provas.

De acordo com a revista “Época”, o religioso já foi acusado também de atentado ao pudor, contrabando de minério e assassinato. Em nenhum dos casos foi julgado culpado.

Ele nasceu em Cachoeira da Fumaça (GO), filho de um alfaiate e uma dona de casa. Estudou até o segundo ano do ensino fundamental. Tem 11 filhos - cada um com uma mulher diferente. A revista “Época” diz que alguns deles são evangélicos, e não seguem a espiritualidade atribuída ao pai. João de Deus rejeita o rótulo de santo ou de ser um homem especial.

Igualdade na lei e nos fatos, por Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

No mês em que a Lei Maria da Penha completa 12 anos e que a cúpula do Poder Judiciário está inteiramente composta por mulheres, inclusive com a posse da ministra do STF Rosa Weber em 14 de agosto de 2018 como

presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Movimento Nacional de Mulheres do MP, formado por 500 Promotoras e Procuradoras, encaminha hoje às chefias das Procuradorias Gerais, Associações e Escolas Superiores, ofício assinado por centenas de integrantes do Ministério Público brasileiro, de seus mais diversos ramos e de todos os Estados, solicitando participação proporcional de mulheres em eventos institucionais, cursos, palestras, encontros, Congressos e Seminários.

[\(O Estado de S. Paulo, 16/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Essa manifestação vem como apoio à RECOMENDAÇÃO minutada pelo Conselho Nacional do Ministério Público que, ao verificar serem as mulheres 40 por cento do total de integrantes da instituição, entende ser necessária maior representatividade feminina, inclusive em cargos de decisão.

[Acesse o documento aqui](#)

[Leia mais: Justiça de Saia: Igualdade na lei e nos fatos \(Marie Claire, 16/082018\)](#)

Nas palavras do conselheiro Luciano Mariz Maia, do Conselho Superior do MPF, vice-PGR:

“O CNMP apresentou um [estudo](#) em que os números falam por si. Fatores social e culturalmente construídos servem de impedimentos para que, no dia a dia, as mulheres possam estar em posições em que suas capacidades, competências e habilidades sejam colocadas a serviço de toda a sociedade.

Estimular a presença das mulheres em posições de direção e decisão traz imensos incentivos para as instituições. Ser inclusiva e perceber-se inclusiva fará com que a instituição atue também em direção a suas atividades finalísticas, levando em conta a agenda das demandas das mulheres.

A igualdade na lei ainda não veio acompanhada na igualdade nos fatos. E barreiras atitudinais continuam sendo o impedimento maior.

Superemos barreiras. Avancemos na igualdade. Celebremos a afirmação da dignidade da mulher, em todas as suas dimensões de atuação.

Um dos pontos básicos que distingue o machismo do feminismo, é que aquele luta pela manutenção da ideia de superioridade, este confia na igualdade.”

Juntamente com a criação do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, no início de 2018, foram realizadas diversas ações visando ao enfrentamento da desigualdade de gênero institucional, dentre as quais se destacam: o lançamento da campanha contra assédio sexual no trabalho pelo MPSP, em 12 de julho de 2018; a I Reunião das Mulheres do MPBA em julho de 2018; a I Conferência Nacional das Procuradoras da República, que aprovou propostas de promoção de equidade de gênero no MPF, em 18 de junho 2018; a apresentação, pelo CNMP dos dados relativos à desigualdade de gênero no Ministério Público, em 21 de junho de 2018 com o Projeto Cenários; o I Encontro de Mulheres do MP nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pará, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba; a Criação da Comissão Nacional de Mulheres na Conamp; o Grupo de Estudos Interinstitucional sobre Igualdade de Gênero do Paraná; o evento Liderança Feminina no MPT no início do mês, entre outros. No próximo dia 20/8, o STF sediará o Seminário Elas por Elas: Mulher no Poder Estatal e na Sociedade e no dia 22/8 Magistradas de todo Brasil realizam o evento Justiça, Gênero e Arte. No final de setembro ocorrerá em Minas Gerais o II Encontro do Movimento Nacional do Ministério Público, em que se aguarda a presença da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Os movimentos sociais de mulheres já reconhecem a necessidade de mudanças nos quadros das Instituições Públicas e clamam por representatividade feminina.

Segundo Jacira Melo, formada em filosofia política e diretora do Instituto Patrícia Galvão: “A história nos revela que sempre haverá pessoas desatualizadas com o rumo promissor da história. Assim, é preciso reiterar o sentido civilizatório da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, adotado pelas Nações Unidas, que recomenda ações de defesa da garantia de participação plena das mulheres para a igualdade de oportunidades na vida política, econômica e pública. E também para enfrentar o racismo estrutural. As ações afirmativas, quando contextualizadas, revelam que a realidade é o exato oposto do discurso: não se trata de mérito, mas de privilégios para

afastar mulheres e negros de espaços de poder.”

O cenário atual e as ações em prol da igualdade de gênero nas Instituições do sistema de Justiça demonstram que o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público veio para ficar.

Nos dizeres da subprocuradora-geral da República, Ela Wiecko Volkmer de Castilho: “Reações contra o crescente movimento por equidade de gênero revelam medo de mudança e conformidade com um modelo de sociedades que exclui as mulheres da esfera pública”.

CNMP apresenta dados relativos à desigualdade de gênero no Ministério Público

Nesta quinta-feira, 21 de junho, o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP), apresentou dados que demonstram a desigualdade de gênero no Ministério Público brasileiro. Os números foram produzidos dentro do estudo denominado “Cenários”, que tem como objetivo o levantamento de dados nos ramos e unidades do MP que permitam o desenvolvimento de estratégias para aperfeiçoamento institucional nas temáticas relativas à igualdade e à diversidade.

[\(CNMP, 21/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Com o levantamento da atual situação de cenários de gênero no Ministério Público brasileiro, a CPE/CNMP espera dar o primeiro passo rumo à construção de uma política estratégica para proporcional ascensão de promotoras e procuradoras aos postos de decisão e de liderança no Ministério Público brasileiro.

Para a presidente do CNMP, Raquel Dodge, que esteve na mesa de abertura do evento de lançamento dos dados no auditório do Conselho, o estudo é um marco importante para a história do Ministério Público. “Esta iniciativa visa a fortalecer a equidade de gênero, que é uma aspiração antiga das mulheres no mundo todo, em nossa instituição. Certamente, a pesquisa será muito bem recebida e utilizada pelas unidades e ramos do Ministério Público”, falou.

Presidente da CPE/CNMP, o conselheiro Sebastião Caixeta também compôs a mesa de abertura e disse que o resultado da pesquisa é a constatação de que há baixa representatividade feminina nas posições de poder político e decisório no Ministério Público brasileiro. Além disso, segundo ele, “com a publicidade deste trabalho, nossa instituição se apresenta na vanguarda da transparência e demonstra coragem para discutir temas sensíveis; nenhuma temática pode ser tabu, e tudo deve ser enfrentado a partir de dados concretos e oficiais, como está sendo feito”.

Sebastião Caixeta também aproveitou para anunciar que enviará, em parceria com o conselheiro Valter Shuenquener, que preside a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), um ofício aos ramos e unidades do MP brasileiro solicitando sugestões e ideias para aperfeiçoar uma minuta de proposta de recomendação a ser apresentada ao Plenário do Conselho. A proposta recomendará que seja efetivada a igualdade de gênero no âmbito institucional, assegurando percentual mínimo de mulheres nos órgãos de comando e decisão do Ministério Público.

Também compuseram a mesa de abertura a secretária-geral do Conselho, Adriana Zawada; a membro auxiliar da CPE/CNMP Ana Lara Camargo; a presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, Rita de Cassia Baptista; e a subprocuradora-geral do Trabalho Sandra Lia.

Apresentação da pesquisa

Após o desfazimento da mesa de abertura, Ana Lara Camargo apresentou alguns dados presentes no relatório final da pesquisa. Ela explicou que, para dar início ao projeto, as unidades do MP foram consultadas acerca de informações relativas aos números referentes a cargos exercidos por mulheres na Administração Superior, Corregedoria, Conselho, Colégio,

Órgão Especial e nas entidades de classe da instituição. Também foram considerados dados já disponíveis na publicação “Ministério Público – Um Retrato”, anuário produzido pelo CNMP. Em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica do Conselho, foi realizada a análise dos números e formatadas as conclusões iniciais.

Os números apresentados mostram, por exemplo, que o Ministério Público brasileiro é, atualmente, composto por 5.114 membros do sexo feminino e 7.897 membros do sexo masculino, o que revela a proporção de 39% de mulheres para 61% de homens. Conforme os dados colhidos no projeto, desde a Constituição de 1988, 52 mulheres e 240 homens ocuparam cargos de procurador-geral, o que representa cerca de 18% de lideranças femininas versus 82% de lideranças masculinas no MP.

O cenário dissonante não se modifica no que tange aos cargos de confiança de chefe de gabinete, secretário-geral e assessor de procurador-geral, correspondentes aos últimos dois mandatos, em relação aos quais se verificou a prevalência na escolha de profissionais do sexo masculino. Há uma distorção na proporção de 76% para 24% nos cargos de secretários-gerais; 70% para 30% nos cargos de chefes de gabinete; e 70% para 30% entre assessores.

Em contrapartida, no tocante às ouvidorias, os dados de 2018 demonstram haver mais equilíbrio entre os gêneros, na proporção de 47% versus 53%, ou seja, 14 ouvidoras e 16 ouvidores. Sendo o último decênio analisado, no entanto, esse percentual é de 38% versus 62%, com 106 mulheres e 174 homens ocupantes do cargo de ouvidor do Ministério Público.

No CNMP, em 13 anos de existência, foram 11 mandatos de mulheres, enquanto que o número de mandatos de homens já chega a 86. Nesse período, só uma mulher chefiou a Corregedoria Nacional do Ministério Público. Atualmente, no Conselho, as mulheres re-presentam 24% dos membros auxiliares e 39% dos membros colaboradores.

Em um segundo momento, essas conclusões iniciais serão aprofundadas por meio de entrevistas e pesquisa de campo. Após isso, haverá a proposição de ações afirmativas para o enfrentamento da desigualdade de gênero no

Ministério Público brasileiro. Os resultados, por exemplo, subsidiarão a elaboração do novo Mapa Estratégico Nacional e outras ações futuras do CNMP.